

# Relatório Anual 2015

## Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP



Diretoria Executiva de TI e Operações  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP  
Arapoti - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza  
Contador - CRC - PR 051818/O-7  
CNAI 2481

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP.

### 1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 232.880 mil, aumento de 19,77% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

#### I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 91.922 mil, com evolução de 10,28% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 83.201 mil, representando 88,01% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 8.398 mil, compondo 8,88% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 2.933 mil ou 3,11% do total (NE 05c).

#### II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 175.818 mil em dezembro de 2015, com incremento de 20,88% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 130.473 mil, com crescimento de 15,25% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 77,62% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 21.503 mil.

#### III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 23.751 mil, tendo um aumento de 18,46% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### 2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à Plano Referente a Ampliação da Área de Atuação.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas parcialmente conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	9.344	10.348
Carteira de Crédito *	95.213	86.711
Depósitos	126.723	151.976
Patrimônio Líquido	24.473	23.751
Capital	13.805	15.181
Resultado Antes das Destinações	3.073	2.771
Rentabilidade do PL	12,56%	11,67%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

### **3. Controles Internos e Compliance**

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

### **4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT**

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

### **5. Gerenciamento de Riscos**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### **I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S/A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

#### **II - Risco de Mercado**

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

## II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

## III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

#### **IV - Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S/A responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### **V - Informações Adicionais**

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP  
CNPJ/MF nº 07.206.072/0001-39

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>209.642</b>	<b>174.170</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>81.798</b>	<b>64.929</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	2.272	1.263	DEPÓSITOS (NOTA 09)	26.302	17.724
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	131.726	104.186	Depósitos à Vista	21.503	12.106
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	1	Depósitos a Prazo	4.799	5.618
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	-	86	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.758	36.892
Correspondentes no país	6	5	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	4
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	131.718	104.094	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	39.757	36.888
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	71.716	66.451	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	91	81
Operações de Crédito	75.305	68.979	Recursos em Trânsito de Terceiros	91	81
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.589)	(2.528)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	1.930	1.868
OUTROS CRÉDITOS	3.419	2.265	Empréstimos País - Outras Instituições	1.930	1.868
Rendas a Receber	297	187	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.717	8.364
Diversos (NOTA 06)	3.151	2.103	Cobrança e Arrecadação de Tributos	20	10
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(29)	(25)	Sociais e Estatutárias	337	199
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	509	5	Fiscais e Previdenciárias	423	361
Outros Valores e Bens	487	-	Diversas (NOTA 12)	12.937	7.794
Despesas Antecipadas	22	5	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>127.331</b>	<b>109.456</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>23.238</b>	<b>20.265</b>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	127.331	109.456
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.081	13.601	DEPÓSITOS (NOTA 09)	125.674	107.588
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	14.995	13.601	Depósitos a Prazo	125.674	107.588
Operações de Crédito	16.617	14.377	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.657	1.868
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.622)	(776)	Repasse Interfinanceiros (NOTA 10)	1.657	1.868
OUTROS CRÉDITOS	86	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.751</b>	<b>20.050</b>
Diversos (NOTA 06)	86	-	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	15.181	12.994
PERMANENTE	8.157	6.664	De Domiciliados no País	16.367	13.825
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	3.575	3.503	(Capital a Realizar)	(1.186)	(831)
Outros Investimentos	3.575	3.503	RESERVAS DE SOBRAS	8.484	6.728
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	3.809	2.698	SOBRAS ACUMULADAS	86	328
Imóveis de Uso	415	415			
Outras Imobilizações de Uso	5.146	3.517			
(Depreciação acumulada)	(1.752)	(1.234)			
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	773	463			
Outros Ativos Intangíveis	1.229	812			
(Amortização acumulada)	(456)	(349)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>232.880</b>	<b>194.435</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>232.880</b>	<b>194.435</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Parapanema - Sicredi Capal PR/SP  
CNPJ/MF nº 07.206.072/0001-39

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado nota 2 a)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>10.260</b>	<b>-</b>	<b>10.260</b>	<b>19.989</b>	<b>1</b>	<b>19.990</b>	<b>15.147</b>	<b>1</b>	<b>15.148</b>
Operações de Crédito	10.257	-	10.257	19.981	1	19.982	15.147	1	15.148
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	8	-	8	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(11.097)</b>	<b>(95)</b>	<b>(11.192)</b>	<b>(21.066)</b>	<b>(149)</b>	<b>(21.215)</b>	<b>(12.945)</b>	<b>(157)</b>	<b>(13.102)</b>
Operações de Captação no Mercado	(8.053)	(12)	(8.065)	(14.312)	(17)	(14.329)	(8.379)	(5)	(8.384)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.310)	(83)	(1.393)	(2.453)	(132)	(2.585)	(2.116)	(152)	(2.268)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.734)	-	(1.734)	(4.301)	-	(4.301)	(2.450)	-	(2.450)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(837)</b>	<b>(95)</b>	<b>(932)</b>	<b>(1.077)</b>	<b>(148)</b>	<b>(1.225)</b>	<b>2.202</b>	<b>(156)</b>	<b>2.046</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.497</b>	<b>804</b>	<b>2.301</b>	<b>1.760</b>	<b>1.235</b>	<b>2.995</b>	<b>(37)</b>	<b>1.150</b>	<b>1.113</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	660	854	1.514	1.230	1.574	2.804	1.394	1.630	3.024
Rendas de Tarifas Bancárias	606	-	606	1.190	1	1.191	888	1	889
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.616)	(218)	(3.834)	(7.062)	(366)	(7.428)	(5.139)	(366)	(5.505)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.918)	(313)	(3.231)	(5.376)	(489)	(5.865)	(3.770)	(527)	(4.297)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(10)	(43)	(53)	(21)	(87)	(108)	(9)	(91)	(100)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 2 a Nota 17)	8.248	598	8.846	14.664	721	15.385	8.847	630	9.477
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(1.473)	(74)	(1.547)	(2.865)	(119)	(2.984)	(2.248)	(127)	(2.375)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>660</b>	<b>709</b>	<b>1.369</b>	<b>683</b>	<b>1.087</b>	<b>1.770</b>	<b>2.165</b>	<b>994</b>	<b>3.159</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>873</b>	<b>2</b>	<b>875</b>	<b>1.027</b>	<b>2</b>	<b>1.029</b>	<b>(82)</b>	<b>(4)</b>	<b>(86)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>1.533</b>	<b>711</b>	<b>2.244</b>	<b>1.710</b>	<b>1.089</b>	<b>2.799</b>	<b>2.083</b>	<b>990</b>	<b>3.073</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(97)</b>	<b>(97)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(15)	(15)	-	(50)	(50)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(13)	(13)	-	(47)	(47)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.533</b>	<b>711</b>	<b>2.244</b>	<b>1.710</b>	<b>1.061</b>	<b>2.771</b>	<b>2.083</b>	<b>893</b>	<b>2.976</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.061</b>	<b>(1.061)</b>	<b>-</b>	<b>893</b>	<b>(893)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>1.533</b>	<b>711</b>	<b>2.244</b>	<b>2.771</b>	<b>-</b>	<b>2.771</b>	<b>2.976</b>	<b>-</b>	<b>2.976</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.685)</b>	<b>-</b>	<b>(2.685)</b>	<b>(2.648)</b>	<b>-</b>	<b>(2.648)</b>
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14 b)	-	-	-	(900)	-	(900)	(654)	-	(654)
Fates - Estatutário (Nota 14 c)	-	-	-	(29)	-	(29)	(109)	-	(109)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14 c)	-	-	-	(459)	-	(459)	(1.751)	-	(1.751)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(184)	-	(184)	(134)	-	(134)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 15)	-	-	-	(1.113)	-	(1.113)	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>328</b>	<b>-</b>	<b>328</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP**  
CNPJ/MF nº 07.206.072/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2014</b>	<b>10.888</b>	<b>4.843</b>	<b>188</b>	<b>15.919</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	187	-	(187)	-
Outras destinações	-	-	(1)	(1)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.468	-	-	1.468
Baixas de capital	(104)	-	-	(104)
Resultado do período	-	-	2.976	2.976
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(109)	(109)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.751	(1.751)	-
Juros sobre o Capital Próprio	555	-	(654)	(99)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	134	(134)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2014</b>	<b>12.994</b>	<b>6.728</b>	<b>328</b>	<b>20.050</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.106</b>	<b>1.885</b>	<b>140</b>	<b>4.131</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>12.994</b>	<b>6.728</b>	<b>328</b>	<b>20.050</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	326	-	(326)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.651	-	-	1.651
Baixas de capital	(640)	-	-	(640)
Resultado do período	-	-	2.771	2.771
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 14 c)	-	-	(29)	(29)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14 c)	-	459	(459)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14 b)	850	-	(900)	(50)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	184	(184)	-
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 15)	-	1.113	(1.113)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>15.181</b>	<b>8.484</b>	<b>86</b>	<b>23.751</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.187</b>	<b>1.756</b>	<b>(242)</b>	<b>3.701</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2015</b>	<b>13.809</b>	<b>6.728</b>	<b>527</b>	<b>21.064</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	786	-	-	786
Baixas de capital	(264)	-	-	(264)
Resultado do período	-	-	2.244	2.244
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 14 c)	-	-	(29)	(29)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 14 c)	-	459	(459)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14 b)	850	-	(900)	(50)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	184	(184)	-
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 15)	-	1.113	(1.113)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>15.181</b>	<b>8.484</b>	<b>86</b>	<b>23.751</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.372</b>	<b>1.756</b>	<b>(441)</b>	<b>2.687</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Parapanema - Sicredi Capal PR/SP**

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO</b>	<b>2.508</b>	<b>5.275</b>	<b>4.577</b>
Resultado do exercício	2.244	2.771	2.976
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>264</b>	<b>2.504</b>	<b>1.601</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	12	1.907	1.138
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(2)	4	13
Depreciação do imobilizado de uso	315	541	382
Amortização do intangível	66	107	90
Baixas do ativo permanente	-	6	118
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	21	36	5
Destinações ao FATES	(29)	(29)	(109)
Dividendos SicrediPar	(119)	(68)	(36)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>44.318</b>	<b>24.546</b>	<b>15.700</b>
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	706	(700)	6
(Aumento) Redução em créditos vinculados	-	86	(86)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(2)	(1)	13
(Aumento) Redução em operações de crédito	(14.973)	(8.566)	(18.630)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	12.867	2.655	3.332
(Aumento) Redução em outros créditos	(582)	(1.176)	(582)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	334	(504)	(2)
Aumento (Redução) em depósitos	35.660	26.664	37.683
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(3)	11	(2)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	129	62	388
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(109)	(231)
(Redução) Aumento em outras obrigações	10.182	6.124	(6.189)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>46.826</b>	<b>29.821</b>	<b>20.277</b>
Aquisição de Investimentos	-	(72)	(546)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(445)	(1.658)	(1.040)
Aplicações no Intangível	(232)	(417)	(175)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(677)</b>	<b>(2.147)</b>	<b>(1.761)</b>
Integralização de capital	786	1.651	1.468
Baixa de capital	(264)	(640)	(104)
Juros ao capital próprio	(50)	(50)	(99)
Distribuição de Sobras	-	(2)	(1)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>472</b>	<b>959</b>	<b>1.264</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>46.621</b>	<b>28.633</b>	<b>19.780</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	87.369	105.357	85.577
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	133.990	133.990	105.357

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/10/2004 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
  - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
  - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

#### a) – Reapresentação dos valores correspondentes apresentados de forma comparativa

As provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social divulgadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram revertidas e estão reapresentadas no grupo Outros Ingressos e Receitas Operacionais para fins de comparação na Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício de 2015, conforme previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 23. Os valores que foram alterados estão a seguir indicados:

Descrições	31 de dezembro de 2014		
	Reapresentado	Ajuste pró forma	Saldos original divulgado em 2014
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	9.477	(157)	9.634
Provisão para Imposto de Renda	(50)	93	(143)
Provisão para Contribuição Social	(47)	64	(111)

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 25 de janeiro de 2016.

### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

**k) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**l) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**o) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

**p) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**q) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	2.272	1.263
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	131.718	104.094
<b>Total</b>	<b>133.990</b>	<b>105.357</b>

valores em milhares de Reais

**NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	29.598	8.548	38.146	32.253
Financiamentos	4.653	6.663	11.316	12.491
Financiamentos rurais e agroindustriais	41.054	1.406	42.460	38.612
<b>Carteira total</b>	<b>75.305</b>	<b>16.617</b>	<b>91.922</b>	<b>83.356</b>

valores em milhares de Reais

**b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	677	7.547	10.738	8.878	27.840	25.886
Rural	209	3.587	37.258	1.406	42.460	38.612
Industrial	45	895	359	193	1.492	1.299
Comércio	314	4.112	3.936	3.252	11.614	10.561
Outros Serviços	728	2.627	2.273	2.888	8.516	6.998
<b>Total</b>	<b>1.973</b>	<b>18.768</b>	<b>54.564</b>	<b>16.617</b>	<b>91.922</b>	<b>83.356</b>

valores em milhares de Reais

**c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível AA	-	8	-	-	-
Nível A	0,50	63.024	30.449	315	152
Nível B	1,00	14.177	41.629	142	416
Nível C	3,00	5.992	6.374	180	191
Nível D	10,00	5.656	3.619	566	362
Nível E	30,00	1.666	455	500	136
Nível F	50,00	741	655	370	327
Nível G	70,00	335	318	234	224
Nível H	100,00	2.933	1.521	2.933	1.521
<b>Total (i)</b>		<b>94.532</b>	<b>85.020</b>	<b>5.240</b>	<b>3.329</b>

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranaapanema - Sicredi Capal PR/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 15,69% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Devedores por compra de valores e bens	67	87	154	-
Títulos e créditos a receber	2.456	-	2.456	1.664
Total	2.523	87	2.610	1.664

valores em milhares de Reais

#### d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	8.847	3.935
Lançadas contra prejuízo	3.796	2.117
Recuperadas de prejuízo	792	252

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

#### NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	16	-	16	30
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	379	-	379	352
Devedores por compra de valores e bens	68	86	154	-
Devedores por depósitos em garantia	19	-	19	-
Impostos e contribuições a compensar (ii)	87	-	87	4
Títulos e créditos a receber	2.456	-	2.456	1.664
Devedores diversos - País	126	-	126	53
Total	3.151	86	3.237	2.103

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) Do total de Impostos e contribuições a compensar, R\$ 25, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranaapanema - Sicredi Capal PR/SP. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

#### NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Veículos e afins	242	-
Máquinas e equipamentos	225	-
Subtotal Bens não de uso próprio	467	-
Material em estoque	20	-
Despesas antecipadas	22	5
Total Outros Valores e Bens	509	5

valores em milhares de Reais

#### NOTA 08 – PERMANENTE

##### a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	2.024	2.006
Sicredi Participações S.A. (i)	1.550	1.496
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	3.575	3.503

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	502.145 ON	484.892 ON	1	1	2.024.151	2.005.460
	1.047.283 PN	1.011.338 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,19%	0,20%	0,72%	0,74%	1,31%	1,31%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	1.550	1.496	1	1	2.024	2.006

valores em milhares de Reais

**b) Imobilizado de uso e intangível**

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1
Terrenos	-	180	-	180	180
Edificações	4%	235	- 22	213	222
Instalações	10%	2.099	- 673	1.426	996
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.500	- 409	1.091	769
Sistema de comunicação	10%	78	- 14	64	40
Sistema de processamento de dados	20%	1.088	- 536	552	346
Sistema de segurança	10%	151	- 14	137	53
Sistema de transporte	20%	230	- 84	146	91
Imobilizado de Uso (i)	-	5.561	- 1.752	3.809	2.698
Intangível		1.229	- 456	773	463
Investimentos Confederação (ii)		1.179	- 452	728	463
Outros ativos intangíveis		50	- 4	4	-
Total		6.790	- 2.208	4.582	3.161

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 09 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	21.503	-	-	21.503	12.106
Depósitos a prazo	2.634	2.165	125.674	130.473	113.206
Total	24.137	2.165	125.674	151.976	125.312

valores em milhares de Reais

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	39.757	1.657	41.414	38.756
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	39.757	1.657	41.414	38.756
Total	39.757	1.657	41.414	38.756

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 2,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 15/01/2016 até 15/06/2018.

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	1.930	-	1.930	1.868
Cooperativa Central Sicredi	1.930	-	1.930	1.868
Total	1.930	-	1.930	1.868

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

**NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	8.941	-	8.941	4.735
Obrigações por convênios oficiais	1	-	1	-
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	57	-	57	3
Provisão para pagamentos a efetuar	1.214	-	1.214	1.141
Provisão para passivos contingentes (i)	69	-	69	28
Credores diversos - país (ii)	2.655	-	2.655	1.887
<b>Total</b>	<b>12.937</b>	<b>-</b>	<b>12.937</b>	<b>7.794</b>

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 21 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	82	203
Compensação a Regularizar	3	-
Parcelado Lojista	921	789
Agenda cartão Visa a pagar	915	720
Outros	734	175
<b>Total</b>	<b>2.655</b>	<b>1.887</b>

valores em milhares de Reais

**NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES**

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período
Trabalhista	10	40	-	40
Cível	2	8	-	8
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>48</b>

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado
Trabalhista	Provável	40	40	10
Trabalhista	Possível	14	-	-
Cível	Provável	8	8	2
Cível	Possível	17	-	-
<b>Total</b>		<b>79</b>	<b>48</b>	<b>12</b>

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	15.181	12.994
<b>Total de associados</b>	<b>10.348</b>	<b>8.756</b>



**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,5% em Capital, no montante de R\$ 900 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 80% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

**NOTA 15 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão do Alto Paranapanema - Sicredi Capal PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.113 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”. Sendo que essa receita não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2015 conforme Termo de Adesão e Contrato de Doação firmados, retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

**NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	131.718	104.094
Diversos	402	369
Investimentos (Nota 08a)	2.024	2.006
Intangível (Nota 08b)	728	463
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 11)	1.930	1.868
Provisões para pagamentos a efetuar	120	73
Credores Diversos	32	48
<b>Receitas</b>		
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	13.746	8.135
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	238	172
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	219	164
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 18)	1.654	1.322

valores em milhares de Reais

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
<b>Depósitos à vista</b>	<b>224</b>	<b>1,04%</b>	<b>61</b>
Pessoas físicas	224		61
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>209</b>	<b>0,16%</b>	<b>66</b>
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	209		62
<b>Operações de crédito</b>	<b>429</b>	<b>0,47%</b>	<b>1.667</b>

valores em milhares de Reais

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.132	629

valores em milhares de Reais

\*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 79,97% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva de acordo com a Resolução nº 4.434/15.

**NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 13.508 mil (R\$ 7.963 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

**NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 1.272 mil (R\$ 862 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 192 mil (R\$ 221 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 194 mil (R\$ 158 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

**NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

<b>Coobrigações em garantias prestadas</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Garantias prestadas em operações de associados (i)	3.386	1.996
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	1.961	1.052
Moderagro	967	879
Moderfrota	391	-
Outros	67	65
Total	3.386	1.996

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

**NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

**NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
Neuri Saggin  
Diretor Executivo  
CPF: 829.645.309-63

\_\_\_\_\_  
Marcelo Rodrigues  
Diretor de Operações  
CPF: 048.311.519-39

\_\_\_\_\_  
Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72